



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

Jornal do Dia

7

QUARTA-FEIRA, 24 DE JANEIRO :: 2018

▼ cidades

Despejo acontece na Barra dos Coqueiros

Milton Alves Júnior

Cerca de 100 famílias que ocupavam ilegalmente terrenos pertencentes a Área de Preservação Permanente no município da Barra dos Coqueiros foram obrigados a abandonar os respectivos barracos por decisão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. A ação partiu de um pedido feito pelo Ministério Público Estadual o qual apurou denúncias, e confirmou a irregularidade praticada há pelo menos dois anos nas proximidades do Loteamento Costa

Azul. Para manter a ordem pública e fazer valer a determinação do poder judiciário, agentes da Polícia Militar estiveram no local desde as 5h30 de ontem. No início da ação houve um princípio de resistência, mas foi contido de imediato sem o uso da força.

Diante do descontentamento em deixar os barracos, muitos moradores lamentaram a falta de destino a adotar juntamente com a família, e solicitaram intervenção por parte do prefeito Airton Martins em busca de moradia digna para todos. Os ex-moradores da invasão alegam que

mais de 80 pessoas hoje desabrigadas são crianças com até cinco anos de idade, ou idosos com mais de 70 anos. Menos de 10% dessas famílias estão cadastradas e aptas a, em um futuro breve, receber chaves de apartamentos no Condomínio Residencial Marcelo Déda Chagas, em fase final de construção também na Barra dos Coqueiros. Para o desabrigado Luís Carlos dos Santos, os vereadores também precisam contribuir com o pleito dos requisitantes.

Por telefone ao Jornal do Dia, no final da tarde de ontem ele informou que

algumas famílias estão analisando outras terras a ocuparem ainda nesta semana. "Se não temos casas ou apartamentos sociais para morar, então o jeito ou é ficar nas calçadas das ruas, ou ocupar algum terreno público ou particular até que um auxílio moradia ou casa popular seja doado para a gente. Realmente não houve conflito, o que houve foi muito descontentamento já que a gente não tem para onde ir. Se a gente tivesse ninguém estaria passando por essa humilhação. Ficamos preocupados porque nessa ordem

de despejo muitas crianças e idosos também estão sofrendo", declarou.

De acordo com o presidente da comissão de Áreas de Preservação Permanente, Edson Aparecido, para evitar surpresas desagradáveis um comunicado de despejo vinha sendo apresentado desde o ano passado e por este motivo todos já sabiam que haveria um processo de reintegração de posse do terreno. Ele enaltece que o pedido de reforço por parte da Polícia Militar somente se fez possível como forma de evitar que a decisão porventura não fosse cumprido na in-

tegra pelos ocupantes. Após evacuação, dois tratores do tipo retroescavadeira foram utilizados para demolir as estruturas erguidas pelas famílias.

"Assim como vínhamos informando ao longo dos dias, na manhã dessa terça-feira, logo cedo, o procedimento foi posto em prática conforme reivindicado pelo Tribunal de Justiça. Logo no início houve um ensaio de reclamação, mas nada que ao final atrapalhasse qualquer encaminhamento da ação. Reafirmamos que não houve conflito e todo o trabalho foi pacífico", informou.